

ESCRAVIDÃO E FUGA NA AMÉRICA PORTUGUESA: A HISTÓRIA DE MARIINHA RODRIGUES E SEUS DESCENDENTES NA BAHIA – SÉCULOS XIX E XX*

Carmélia Aparecida Silva Miranda*

*A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências:
ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente
e das necessidades do presente.*

Pierre Nora

Este texto tem como objetivo discutir as experiências históricas da comunidade negra rural de Tijuacu, BA, que em fevereiro de 2000 foi reconhecida como território remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. O perímetro quilombola é composto pelo distrito de Tijuacu e outros povoados e fazendas que se localizam nos municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antônio Gonçalves. Utilizamos como fonte principal os relatos orais e a documentação escrita, sendo a oralidade nossa fonte principal, pois entendemos que a memória é um celeiro de lembranças e reminiscências, um fenômeno sempre atual, “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.¹ Esses fragmentos constituem parte das lembranças que estão inseridas na memória daqueles que vivem no distrito de Tijuacu.

Nos depoimentos colhidos, principalmente nos dos mais velhos, quando se reportam a um tempo anterior, fazem comparação com o hoje, lembram que o ontem foi marcado por muito sofrimento e o presente constitui um como desafio, cuja natureza envolve luta, dor, mas também vivências, tradições, festas e religiosidades – memória e história. “Cada grupo social tem, assim, em seu seio, algo irredutível, só seu, que consiste num investimento inicial de sua existência e de seu mundo, que nem sempre é ditado por fatores reais, mas que dá a estes sua importância e lugar”.²

Esse seu pertencimento, essas características específicas permitem que esses diferentes grupos se reconheçam, pois são estilos de vida, formas de ver o mundo imbricados nas experiências vivenciadas por eles e seus ancestrais. Assim, “a história de cada grupo rural

negro é só sua, e assemelha-se à história de muitos outros grupos pelo Brasil afora, que lutam por direitos, em particular, pelo direito à terra em que habitam, trabalham e constroem suas vidas”.³

Na comunidade negra rural de Tijuacu, cada membro das diferentes famílias que lá habita possui uma posse de terra. A estratégia de casar-se entre os familiares é utilizada por esses habitantes para que a terra permaneça dentro da família, para que pessoas estranhas não sejam possuidores delas.

A história de Tijuacu – povoamento cuja população vem decrescendo nos últimos anos (segundo o IBGE de 1991, ali residiam 8.749 pessoas, enquanto em 1996, apenas 6.424) – tem como foco principal a figura de Mariinha Rodrigues, considerada a fundadora dessa comunidade. Segundo depoimentos, seus antepassados eram os proprietários de suas terras, sistema que prevalece entre os descendentes até hoje. Sua população, predominantemente negra, vive da agricultura de subsistência, plantando pequenas roças para o consumo. O que sobra dessa produção, vendem na feira de Senhor do Bonfim.

Outra característica observada nessa investigação faz referência aos laços familiares. A família significa a própria reprodução dessa memória e dessa existência, representa a célula mãe da permanência dos moradores na localidade; por sua vez, a terra concretiza as relações de trabalho e de sobrevivência dessa população e a tradição sintetiza o prazer, os laços culturais e a identidade.

Fragmentos lembrados e contados – a história de Tijuacu

“Mariinha Rodrigue moradeira do Lagarto a dona do Lagarto, eu conheci assim”.⁴

“Bisavó Mariinha, foi a minha vó legítima, ela era a mãe da minha vó”.⁵

Dista Maria de Jesus, moradora da localidade de Barreiras (povoado pertencente à Vila de Tijuacu), na data da entrevista tinha 90 anos de idade e desapareceu em 2003, aos 92 anos. Ouvir a voz, filtrar os resíduos é caminhar em busca das reminiscências evocadas pelos depoentes sobre o seu território, suas vivências e a de seus ancestrais. Ouvir as vozes dos narradores tem possibilitado aos historiadores enriquecer suas pesquisas por intermédio das lembranças dessas testemunhas, permitindo identificar novas percepções a respeito de tempo, espaço e memória. Nessa direção, ao ouvir a voz dos depoentes, o território vai se delineando conjuntamente com as imagens que se constroem a partir das memórias que vão sendo articuladas sobre o mesmo.

Os depoentes relatam e tentam separar as teias da memória na tênue sobrevivência da própria linguagem literária que a memória permite falar. Conforme Homi Bhabha, “O entretempo mantém viva a feitura do passado”. Dessa forma, buscam suas reminiscências:

Os mais velhos contam que no início de 1800, Mariinha Rodrigues passou a viver em Tijuacu e veio de muito longe.⁶

Papai falava pra gente que chegou essa Maria Rodrigues, pobrezinha num aflagelamento de gente, com os pés rachado, de preta diz que o cabelo era aquelas bolotinha. Foram agazaiá por lá; agazaiaram e daí não sei como foi que, que foi gerando gente dessa fãmia nossa todinha (risos). Nós somo da raça dessa Maria Rodrigue. Dizem que veio de Salvador ou da África, desceram em Salvador e aqui ficaram, e daí surgiu esse povo todo. Os nossos pais é descendente dela. Eles arrumaram esses dessa origem de negros. Esses negros vieram da África.⁷

Essas falas constituem uma síntese da trajetória de muitos negros que, ao fugirem da escravidão, buscaram, nas diferentes matas do interior do Brasil, o seu refúgio. A depoente conta com veemência as histórias ouvidas sobre Mariinha Rodrigues e sobre sua chegada em Tijuacu.

A mão-de-obra escrava, principalmente na Bahia, bem como em outras partes do país, durante a escravidão, foi absorvida em diferentes setores de produção: nas fazendas, nas casas e no comércio. Escravos e libertos, crioulos e negros africanos desempenhavam quase todas as funções da economia urbana e rural, das mais especializadas às menos qualificadas, eram carregadores, artesãos, lavradores, trabalhadores nos portos e nas oficinas, lavadeiras, quitadeiras e domésticas. Escravos e negros livres transitavam com grande habilidade pelas ruas das cidades, chamando a atenção por seus trejeitos, cores e sons, contrastando com a reclusão e os hábitos disciplinados das famílias senhoriais. Em diferentes espaços, o escravo fez-se presente com o seu trabalho, seus costumes e sua religiosidade, desempenhando desde os primeiros momentos da colonização papel fundamental na formação étnico-cultural.

Dona Maria Dista de Jesus (falecida em 2002) e dona Anísia Rodrigues, ambas na faixa de 80 anos, primas em primeiro grau, contaram com grande veemência sobre história Tijuacu. Quando perguntadas sobre os primeiros moradores da localidade responderam que foi Mariinha Rodrigues “uma negra fugida”, a desbravadora do território, que residia no Alto do Bonito (povoado próximo ao distrito) e que, estrategicamente, povoou essas terras, pondo em cada localidade um filho, com o objetivo de tomar posse dessas terras pelo uso de ocupação. A história das descendentes de D. Mariinha é ratificada pelo depoimento do senhor Antônio Marcos, morador da localidade:

Mariinha Rodrigues quando foi construindo família, ela fez uma estratégia colocar um de seus filhos em cada ponto distante um do outro, para que aqui fosse povoado e ela tomasse o domínio da grande área de terra, ou seja, ela formasse um pedaço grande de terra. Foi de forma que ficou mais ou menos. Hoje tem as comunidades: Macacos, tem Barreira. Então ela saiu circulando, Macacos, Barreiras, tem Quebra-Facão, Água Branca. Então cada local desse foi

colocado uma pessoa, um dos filho, um descendente dela, para que esses lugares fosse crescendo e ficasse interligados um ao outro, é como se demarcasse um perímetro, e na verdade nós usamos hoje essa estratégia dela, nós temos essas marcas aqui e nós usamos como perímetro quilombola. É, é por exemplo: Água Branca, fica numa posição; Macacos fica na outra, então nós fazemos esse círculo aí, que já foi medido aproximadamente 2.700 e mais alguns m², então mais ou menos esse o perímetro quilombola que nós temos. Devido ao relato contado por pessoas idosas da comunidade, a exemplo de Dona Anísia que é minha vó, tem 88 anos e é uma das pessoas mais lúcidas dessa comunidade, conta histórias de muitos anos, lucidez até hoje, várias outras pessoas como Dona (esqueceu o nome), que já faleceu há pouco tempo, mas antes de falecer ela contou muitas coisas que ajudaram muito também na questão do reconhecimento, e outras pessoas mais né?⁸

A documentação sobre a movimentação de negros fugidos, na segunda metade do século XIX, permite acreditar que Mariinha Rodrigues pode ter vindo nessa época para a região de Tijuacu, juntamente com outros escravos livres e libertos, possivelmente oriundos das minas de ouro de Jacobina, espaço de grande movimentação nos séculos XVIII e XIX, principalmente depois da descoberta do ouro, naquela localidade. A história de Tijuacu e de seus habitantes negros remete aos primeiros momentos de ocupação do território de Jacobina e região. Primeiro, o território passou a ser habitado como passagem de gado e, posteriormente, com a descoberta do ouro, atraiu diferentes pessoas. A região de Jacobina, nos referidos séculos, ocupou uma posição de destaque na Capitania da Bahia, sendo o africano a principal figura e o motor propulsor dessa estrutura.

Do que se pode inferir dos relatos de alguns depoentes, Mariinha Rodrigues era uma mulher astuta, desbravadora e estrategista, que conseguiu prosperar e ser proprietária das terras de Tijuacu, via a ocupação das mesmas. Conseguiu assim manter as terras sob o seu domínio, criando laços familiares, que permanecem com seus descendentes até a contemporaneidade. Compõem o distrito os seguintes povoados: Fazenda Alto, Olaria, Quebra Facão, Água Branca, Lajinha, Conceição, Macaco, Barreira, Queimada Grande e Fazenda Capim, que, segundo os depoentes, tem sua divisão oriunda da estratégia utilizada por Maria Rodrigues, para ocupação do território. A maior parte dessa comunidade negra rural está localizada no município de Senhor do Bonfim, enquanto uma parte menor encontra-se nos municípios de Filadélfia e de Antônio Gonçalves (territórios que até o início do século XIX pertenciam à cidade de Campo Formoso).

Esta geração é todo mundo parente de Maria Rodrigues... Então, ela teve vários filhos. Essas terras eram todas abandonadas. Então, ela para ter posse das terras, pegava um filho e colocava, como no caso colocou em Quebra Facão, colocou em Barreira, um aqui, um em Lajinha para ter posse da terra.⁹

A família, nesse contexto, é predominantemente fator de integração social. Segundo alguns estudiosos do Brasil escravista, ter muitos filhos significava uma segurança na velhice. Sobre essa questão Maria Inês Cortês de Oliveira¹⁰ sinaliza:

Dentro dessa mesma perspectiva situavam-se os filhos, não importando que fossem naturais ou legítimos. Desde que livres ou libertos, representavam para os pais, quando sobreviviam, um apoio seguro na velhice. Afora os motivos de ordem afetiva que sem dúvida atuavam de forma incontestável, não podemos deixar de lado a motivação de ordem econômica que levava os libertos, homens e mulheres, a comprar a alforria para os filhos concebidos durante o período de cativo da mãe. Livres, esses iriam com seu trabalho auxiliar na manutenção dos pais e na formação de um pecúlio comum que permitiria uma vida melhor para todos.

Os netos e bisnetos de Mariinha Rodrigues contam a sua história e das localidades fundadas por ela. Essas terras, hoje, se transformaram em vilas e pequenos povoados que têm como centro Tijuacu. As vozes são unânimes no que se refere à origem dessa comunidade, conforme se observa na fala de Dalva Odilon de Santana: “é uma família só, tendo como matriarca Mariinha Rodrigues”.¹¹ Esboçando uma linha genealógica das famílias do presente, essas falas traçam laços familiares, justificando as interligações de parentesco entre a população de Tijuacu e localidades vizinhas. Segundo Eurípedes A. Funes: “Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas”.¹² Ainda segundo esse autor, a constituição de família foi a primeira forma encontrada pelo escravo, em seu universo social, de amenizar as adversidades, pois, dentro do precário acordo que o escravo extraía dos seus senhores, o casamento significava ganhar mais controle sobre o espaço de moradia. Os laços matrimoniais davam certo tom de “autonomia” e “liberdade” para o escravo. A família constituía o lugar onde a autoridade independia, em grande parte, da presença do senhor.

Para outros depoentes, Tijuacu teve início com três mulheres, que chegaram a esse território fugindo da escravidão e vindo de Salvador. Assim, eles narram sua história:

Tijuacu surgiu quando três escravas fugiram da escravidão em Salvador. Aqui chegaram, quer dizer elas fugiram de lá, passaram determinado tempo a pé e aqui ficaram. Enfrentaram a mata, pois aqui era uma mata fechada. Duas dessas escravas voltaram, ninguém sabe para onde, só ficou uma e essa uma, o nome dela era Maria Rodrigues, mais conhecida por Mariinha Rodrigues.¹³

Alguns dizem que apenas Mariinha Rodrigues chegou ao território, enquanto outros afirmam que foram três mulheres. Certamente, Mariinha Rodrigues não fugiu sozinha para Tijuacu, deveria estar acompanhada, mas na memória de alguns depoentes ficou apenas a figura da matriarca.

De acordo com o que ficou na memória local, essas três mulheres vieram da África para serem escravas em Salvador, outros falam ainda que vieram do Recôncavo Baiano e que, posteriormente, fugiram para Tijuáçu. Segundo Valmir (filho de Tijuáçu e ex-presidente da Associação Quilombola), os mais velhos contavam-lhe que duas dessas mulheres desapareceram, não se tendo notícias delas, permanecendo na memória dos depoentes apenas a figura de Mariinha Rodrigues. Abílio Fagundes da Silva (81 anos, morador de Tijuáçu), relata que ele sempre ouviu falar que “Mariinha Rodrigues era uma negra nagô que veio da África” e que ao chegar em Salvador “fugiu da escravidão”. Sobre a terminologia nagô como designativo de nação africana, Artur Ramos declara:¹⁴

Desde os tempos coloniais até os nossos dias houve designações populares de Nagô, Mina, Angola, Moçambique. O que indicava vagamente os pontos do continente africano de onde vieram os negros. Mais comuns eram as designações gerais: “peça da Índia”, “preto da Guiné”, “negro da Costa”. Para o branco senhor, não havia povos negros diversos, mas apenas o negro escravo.

Ainda sobre essa questão, Artur Ramos apresenta um quadro dos padrões de culturas negras sobreviventes no Brasil: a) Culturas sudanesas, representadas principalmente pelos povos yoruba, da Nigéria (nagô; ijechá, eubá ou egbá, ketu, ibadan, yebu ou ijebu e grupos menores); pelos daomeanos (grupo gêge: ewe, fon ou efan, e grupos menores), entre outros. João José Reis,¹⁵ chama a atenção sobre o século XIX, e diz que no início do referido século a população escrava da Bahia caracterizava-se pelo reduzido número de mulheres. Essa população renovava-se e ampliava-se principalmente através da importação de africanos. Na virada do século XVIII para o XIX, quando um surto de prosperidade tomou conta do Recôncavo Baiano, a importação de escravos foi intensificada para atender à demanda dos canaviais e das atividades urbanas, ambos em expansão acelerada. O já considerável número de africanos cresceu ainda mais e os escravos novos originaram-se de novas “nações” – como aqui se denominavam os grupos étnicos da África.

Os documentos sobre escravidão têm demonstrado que um escravo podia buscar liberdade, sozinho ou acompanhado de um ou mais parceiros. Porém, a fuga empreendida, quer por membros de uma mesma família escrava (pai, mãe, filhos, irmãos, parentes), quer casais de escravos casados legalmente ou que mantinham relação consensual, parceiros afetivos – freqüentemente denominados nos anúncios “amásios”, “camaradas”, que juntos decidiam conquistar a liberdade – tem um sentido muito especial. Ainda conforme Reis, representavam o desejo de viver em liberdade, e esta incluía a companhia dos seus, sendo que a fuga freqüentemente se dava para promover a reunião de famílias e amizades escravas separadas pela venda ou mudança de domicílio senhorial e outras circunstâncias.

Entretanto, considera-se que a fuga representava a liberdade, viver livremente e poder expressar sua cultura, sua religião, viver sua vida longe dos olhares do senhor e do capataz. O autor cita casos relacionados com fugas, parentesco e acoitamento no quilombo do Oitizeiro (Bahia, 1806), um quilombo que não correspondia ao aguerrilhamento padronizado do imaginário.

Consultado o Arquivo Histórico Ultramarino da Capitania da Bahia, também se encontram indícios de fuga de negros para o sertão de Jacobina, comarca que englobava, até a segunda metade do século XIX, o território de Tijuaçu, conforme se lê no documento de 5 de junho de 1799, de número 19.401. Em outro documento, este de 5 de junho de 1799, o Governador D. Fernando José de Portugal enviou um ofício para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual se refere à prisão de um grupo de homens capitaneado por João Nunes G. Pereira, refugiado no sertão de Carinhanha e a necessidade da criação do cargo de Juízes de Fora nos sertões do São Francisco e a criação de um esquadrão de cavalaria paga, devido ao mal estado em que se encontrava a cadeia da Vila de Jacobina. Foram presos no Arraial de Carinhanha vários pretos forros e cativos que já estavam nas mãos de terceiros, e que tinham sido vendidos por Manoel de Jesus.

Em 20 de abril de 1799, o Governador D. Fernando José de Portugal enviou outro ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual se referiu à destruição dos mocambos ou quilombos, formados por escravos que fugiam dos seus senhores e que se agrupavam e praticavam violências.

Estes ajuntamentos que na frase do Juiz se chamam de Mocambos ou Quilombos de que trata aquela petição, que me fizera Gaspar de Araújo, e outros para se lhes necessitar auxílio militar, existiam há muitos anos nos Sítios de Orobó e Andaraí, constantemente distantes da Vila de Cachoeira, e por conseqüência não perto desta cidade, os quais mandei destruir no ano de 1797, encarregando esta diligência ao Capitão mor de Assaltos Severino Pereira, e outros acompanhados de alguns índios da Pedra Branca, e do mesmo Gaspar de Araújo que não (...) pouco para a sua extinção em que tinha interesse por ter fazenda de gado próxima aqueles lugares.¹⁶

No mesmo ofício, o Governador comunica que enviou uma carta em 6 de abril do mesmo ano, comunicando sobre as ordens que deu aos seus subalternos para que atacassem outro quilombo, chamado de Topim, na Comarca de Jacobina. Pois havia notícias de que para ali se refugiaram alguns dos que estavam aquilombados no Orobó e Andaraí, que também foram extintos, encontrando-se nele 42 pessoas, entre grandes e pequenas, que foram entregues aos seus respectivos senhores. No mesmo ofício, o Governador faz uma referência a outro quilombo, também na Comarca de Jacobina, em um lugar denominado Ilha, onde foram encontrados vários negros refugiados.

(...) Autorizei para destruir este Quilombo, expedindo-lhe ordem para convocar a este fim alguns Capitães do Mato, ou de Assaltos, e para se lhe prestar algum socorro de Índios da Pedra Branca, o qual pretende fazer esta diligência no mês de julho próximo futuro.

A documentação analisada aponta, ainda, que ao final do século XVIII e início do século XIX, vários ajuntamentos de negros surgiram formando mocambos, não somente no sertão da Bahia, mas em outros lugares da Capitania da Bahia, inclusive em Salvador. Segundo João José Reis, na região do Recôncavo Baiano no Brasil colonial, localizavam-se os engenhos de açúcar e nessas terras havia uma grande quantidade de mão-de-obra escrava. Santo Amaro, no Oitocentos, era uma das vilas mais populosas do Recôncavo Baiano, região onde se localizavam os engenhos de açúcar. No início do século XIX, “corriam anos de prosperidade no campo de cana, o que significava mais escravos importados, que então chegava a Bahia numa média de oito mil anualmente”.¹⁷

Da Cidade da Baía (atual Salvador) e do Recôncavo, muitos negros fugiam para o sertão. Era uma preocupação constante para as autoridades da época o combate à fuga de negros fugidos e a destruição dos mocambos. Nesse intuito foram criadas várias leis para combater esta situação. O Alvará de 6 de março de 1741,¹⁸ determinou que os negros que se achassem em Quilombos, estando neles voluntariamente, “se lhe ponha com fogo uma marca em uma espádua com a *Letra F* e quando for executar esta pena, for achado já com a mesma marca se lhe *cortará uma orelha*”. Eram atitudes extremas que as autoridades recorriam para dar conta desse movimento de fugas de escravos na América portuguesa.

Outra atitude dos governantes da época, com o objetivo de combater a fuga de escravos, era a concessão de patentes a Capitão de Entradas e Assaltos. D. João VI, em 7 de março de 1804, concede patente a Antônio Afonso de Carvalho no posto de Capitão de Entrada e Assaltos do distrito da Vila de Jacobina, com o intuito de capturar negros fugidos e destruir os mocambos lá existentes.¹⁹

A fuga constante de negros para o sertão de Jacobina, e também a destruição de mocambos na referida região, leva a considerar que os primeiros habitantes de Tijuacu sejam descendentes desses negros fugidos, embora as fontes disponíveis não permitam afirmar com segurança. A referida questão também é sintonizada pela memória social.

Em Tijuacu, habitam as seguintes famílias: os Rodrigues, os Santanas, os Damascenos, os Fagundes, os Santos, que, em suma, são uma mesma família, uma vez que casam entre si. “Termina todos sendo parentes aí em Tijuacu. É tudo parente, esse parentesco veio de longe. Então, todo mundo termina sendo parente de Mariinha Rodrigues”.²⁰ Quando os depoentes fazem referências a Mariinha Rodrigues, lembram de sua casa e dão risada.

Riem, porque para eles é difícil imaginar a prosperidade da matriarca que continuava, entretanto, morando numa casa de palha. Na memória destes ainda se faz presente a figura de Mariinha junto ao curral, ao gado e à casa de palha. “O pessoal falava que Mariinha Rodrigues vivia numa casa de paia e tinha um currá de gado na porta, o povo falava muito dessa história”.²¹

Assim, no confronto entre o ontem e o hoje, ter gado, ser fazendeiro, implica ter dinheiro e viver numa situação privilegiada, possuir certo conforto.

Segundo o olhar dos depoentes, como fazendeira, Mariinha Rodrigues deveria residir em outro tipo de propriedade. Por isso, quando o referido assunto é discutido, os moradores de Tijuacu dão risadas, “casa de paia, currá na porta (risos)”. Sobre essa questão, é importante relativizar: Salomão Vasconcelos diz que nos primeiros anos do século XVIII, as vilas eram simples aldeias, com casas de sapé, capelinhas de palha. A palha continuou bastante empregada em ranchos na zona rural, como acontece ainda hoje em algumas regiões do Brasil. Em outro aspecto, sobre a prosperidade de Mariinha Rodrigues vale considerar alguns estudos sobre mulheres negras que tinham “espírito empreendedor”:

As mulheres nagôs e suas descendentes na Bahia tinham o mesmo espírito empreendedor que as caracterizavam na África. Vendiam no mercado e, boas comerciantes, ganhavam dinheiro e mesmo enriqueciam, tornando-se proprietárias de pequenas casas que chegavam a alugar a seus compatriotas.²²

Esse espírito dinâmico e empreendedor da mulher africana e de seus descendentes trouxeram uma significativa contribuição para a cultura brasileira. Priore, afirma que, durante o período colonial, no Brasil não houve trabalho que a mulher escrava não executasse:

Na faina agrícola, labutavam com a foice e a enxada, desde pequenas, semeavam, catavam ervas daninhas, enfeixavam as canas. Nos engenhos, eram encarregadas de moer as canas e cozer o melado, agrupadas em torno de infernais panelões de cobre. Manufaturavam o açúcar, descascavam algodão e descascavam mandioca, base de sua alimentação. Ocupavam-se das tarefas domésticas na casa-grande, onde cozinhavam, lavavam, coziam e arrumavam, assim como na senzala, onde se responsabilizavam pela manutenção de maridos, companheiros e filhos. Também na senzala algumas delas, graças aos inúmeros conhecimentos transmitidos oralmente – o chamado “saber fazer” – tornavam-se parteiras, benzedoras e temidas feiticeiras.²³

Em todos os setores da atividade produtiva no Brasil escravista, as mulheres escravas estavam presentes, e algumas pesquisas têm mostrado que muitas conseguiram fazer fortuna adquirindo objetos de valor. Paiva cita Bárbara Gomes de Abreu e Lima, uma crioula que

saiu escrava de Sergipe Del-Rei, em direção às Minas e experimentou dessa mobilidade com muita perspicácia. Ela protagonizou um caso exemplar, parcialmente registrado em seu testamento.

Corria o ano de 1735, quando Bárbara decidiu registrar em cartório seus legados testamentais. Nesses papéis declarava que se havia forrado nas Minas, aludindo à sua autocompra – por meio, possivelmente da coação – e que também havia comprado a casa onde morava, localizada no largo da Igreja matriz da vila de Sabará, endereço nada modesto. Sua rede de amizades era também notável: além de ampla, espalhava-se por várias regiões das Gerais e pela Bahia. Ela tinha negócios distribuídos por toda essa área, embora nenhuma palavra tenha sido dedicada a explicá-los. Para cuidar dos seus negócios indicou doze homens de sua confiança como testamenteiros. Mas o conjunto, pequenos bens materiais listados pela testadora é o que chamava a atenção.²⁴

A coação foi prática recorrente em Minas e, resumidamente, significava o pagamento parcelado da alforria, efetuado pelo próprio escravo. Tratava-se de acordo estabelecido diretamente entre senhores e escravos, conforme o já citado Paiva.²⁵

Outro estudo sobre a prosperidade dos escravos e de libertos é o que discute Mattoso:

Desde o início do século temos antigos escravos que realmente se tornaram homens abastados. Este é o caso, por exemplo, do barbeiro e músico Francisco Nunes de Moraes, falecido em 1811. Quando, em 1790, Francisco fez seu testamento, possuía dois escravos que o ajudavam na sua arte de músico. Em 1810, no codicilo que acrescentou, declara possuir uma verdadeira orquestra, composta de cerca de doze escravos, o que prova certo enriquecimento e, bastante rápido.²⁶

Segundo a mesma autora, bastaria, então, que os libertos pudessem viver por muito tempo, que possuíssem uma ocupação lucrativa e que tivessem casado com mulheres remediadas ou usufruído boas ajudas, para ascender economicamente. Em Tijuacu, segundo os depoentes, Maria Rodrigues empenhou-se no seu trabalho e conseguiu criar estratégias para tornar-se fazendeira e uma mulher próspera.

A partir daí, toda história de Tijuacu relatada pelos depoentes tem como protagonista essa escrava fugida, que constituiu família criando laços de parentesco e solidariedade no referido território. A produção histórica sobre os quilombos aponta que a base da organização social era a família, que garantia a produção de diferentes produtos. Segundo Munanga, o sistema de parentesco era a referência fundamental do africano. Não é a profissão, a nacionalidade ou a classe social. Assim, a instituição familiar era a base da organização

social dos quilombos e uma garantia da continuação da família. Essa tradição familiar é fortalecida na América portuguesa por esses descendentes de escravos africanos, e perpetua-se até os dias de hoje em Tijuacu.²⁷

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Texto parcial da tese em andamento, *Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacu - BA*, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação da Profa. Dra. Yvone Dias Avelino.

** Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e professora assistente no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV – Uneb.

¹ BOSI, A., 1994, p. 39.

² Cf. GUSMÃO, N. In: MOURA, C. (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió, Edufal, 358 p.

³ GUSMÃO, op. cit., p. 358.

⁴ Maria Dista de Jesus, entrevistada em 24/4/2001.

⁵ Anísia Rodrigues, entrevistada em 19/11/2003.

⁶ Valmir dos Santos, entrevistado em 20/4/2001.

⁷ Odilon de Santana, entrevistado em 23/1/2001.

⁸ Antônio Marcos, entrevistado em 5/3/2005.

⁹ Valmir dos Santos, entrevistado em 23/1/2001.

¹⁰ OLIVEIRA, M. I. C. de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. Corrupio, 1988, p. 61.

¹¹ Dalva Odilon de Santana, entrevistada em 23/1/2001.

¹² FUNES, E. A., in REIS, J. J. e GOMES, F. (orgs.). *Liberdades por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 471.

¹³ Valmir dos Santos, entrevistado em 22/1/2000.

¹⁴ RAMOS, A. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo, Companhia Nacional, 1979, pp. 183-199.

¹⁵ REIS E GOMES, op. cit., p. 366.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino da Bahia, 20.4.1799, doc. n. 19.362.

¹⁷ JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (orgs.). “Batuque negro: repressão e permissão na Bahia Oitocentista”. In: *Cultura e sociabilidades na América Portuguesa*. São Paulo, Hucite/Edusp/Fapesp/Umprensa Oficial, 2001, p. 341.

¹⁸ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice n. 707, fls. 33 v).

¹⁹ Informações sobre as funções que exerciam os capitães de Entrada e Assalyos podem ser encontradas em documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

²⁰ Dalva Odilon de Santana, entrevistada em 23/1/2001.

²¹ Ibis.

²² Ver MOTT, M. L. de B. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo, Contexto, 1991, p. 38.

²³ PRIORE, M. Del. *Mulheres: o Brasil colonial*. São Paulo, Contexto, 2000, p. 18.

²⁴ PAIVA, in: JANCÓS e KANTOR, op. cit., p. 507.

²⁵ Id., *Revista de História*, 1995, p. 133.

²⁶ MATTOSO, 1979, P. 35.

²⁷ KABENGUELE, M. *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo, Ática, 1986, p. 60.